

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2016

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO**Concurso Público para provimento de cargos efetivos de
Analista PGE – Contador**Nome do Candidato
Caderno de Prova 'E05', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A simplicidade representa o último degrau da sabedoria.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

Pensar o outro

A expressão “colocar-se no lugar do outro” é antes um clichê da boa conduta que uma prática efetivamente assumida. É mais fácil repetir a fórmula desse pré-requisito para uma discussão consequente do que levar a efeito o que esta implica. Quem, de fato, é capaz de se colocar no lugar do outro para bem discernir um ponto de vista alheio ao seu? Qualquer pessoa que, por exemplo, frequente as redes sociais, sabe que, numa discussão, os argumentos de um contendor não levam em conta a argumentação do outro. Em vez de se contraporem ideias em movimento, batem-se posições já cristalizadas. A rigor, não há propriamente **confronto**: cada um olha apenas para si mesmo.

Há a convicção de que aceitar a razão do outro é perder a própria. Por que não avaliar que o exame dos argumentos alheios pode ser uma forma de fortalecer os nossos? E se os nossos forem de fato mais fracos, por que não abdicar deles, acolher a verdade que está do outro lado e fortalecer-nos com ela? A dinâmica de um debate deve admitir o pensamento crítico, que é, e deve ser sempre, um pensamento disposto à **crise**. A vida não para de nos mostrar que é com os momentos críticos que mais aprendemos. Colocar-se no lugar do outro inclui a possibilidade de querer ficar nele: por que não admitir que a razão pode estar do outro lado? Negar o outro é condenar-nos à imobilidade – essa irmã gêmea da morte.

(MELLO, Aristides de, inédito)

1. A resolução de efetivamente “colocar-se no lugar do outro” constitui,
 - (A) por vezes, uma demonstração de fragilidade que pode ser estrategicamente adequada em determinadas situações.
 - (B) quase sempre, uma abdicação da própria razão, em virtude da superioridade da razão alheia.
 - (C) a princípio, a disposição real de levar em conta o argumento alheio, sem predisposição negativa.
 - (D) em princípio, a desconfiança de que nossas convicções são na verdade frágeis, e é preciso reformulá-las.
 - (E) frequentemente, uma iniciativa necessária para aquele que precisa confirmar a fragilidade da posição alheia.

2. Quanto ao **sentido** que constituem no primeiro parágrafo do texto, há uma relação de **oposição** entre estes dois segmentos:
 - (A) clichê da boa conduta / fórmula desse pré-requisito
 - (B) bem discernir um ponto de vista / “colocar-se no lugar do outro”
 - (C) prática efetivamente assumida. / bem discernir um ponto de vista alheio
 - (D) se contraporem ideias / posições já cristalizadas.
 - (E) não há propriamente **confronto**: / cada um olha apenas para si mesmo.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) um clichê da boa conduta (1º parágrafo) / um efetivo padrão da prática
 - (B) a fórmula desse pré-requisito (1º parágrafo) / a solução desse preâmbulo
 - (C) por que não abdicar deles (2º parágrafo) / há razão para contestá-los
 - (D) acolher a verdade (2º parágrafo) / ir de encontro à razão
 - (E) pensamento disposto à **crise** (2º parágrafo) / ideia capaz de contestar-se

4. É preciso **corrigir** a redação confusa e incorreta deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) O fato de aceitarmos um debate deveria significar que estamos efetivamente dispostos a considerar as razões do outro.
 - (B) As razões do outro não devem de ser desconsideradas caso lhes julgemos mais frágeis do que supomos ser as nossas próprias ideias.
 - (C) Não é prova de fraqueza ou de inferioridade aceitar uma argumentação efetivamente mais consistente do que a nossa.
 - (D) A força de nossa argumentação só pode ser comprovada caso se disponha a um confronto verdadeiro com os argumentos do nosso contendor.
 - (E) Não há por que não abdicar de nossos argumentos se estes se revelarem mais frágeis do que os utilizados pelo outro num honesto debate.



5. Quanto à concordância e à articulação entre tempos e modos, está plenamente correto o emprego das formas verbais na frase:
- (A) Por que haveria de ser uma humilhação caso ficarem demonstradas toda a fragilidade das ideias que supúnhamos fortes?
 - (B) Ao assumirmos que são aceitáveis, nas ideias em debate, a argumentação alheia, não haveria por que não as acolhêssemos.
 - (C) É quando entra em crise que nossos argumentos deveriam mostrar-se fortes, aproveitando a oportunidade para virem a se fortalecer.
 - (D) Somente seriam inaceitáveis as razões do outro caso lhes faltasse consistência no desenvolvimento da argumentação.
 - (E) Supõe-se que a palavra *confronto*, ao indicar enfrentamento, devesse indicar um posicionamento que acatariam cada um dos contendores.
-
6. Está corretamente **flexionada** na **voz passiva** a forma verbal sublinhada em:
- (A) Se não vir a ser respeitada, a posição do outro jamais fortalecerá a nossa.
 - (B) Tendo sido respeitada nossa argumentação, como não respeitar a do outro?
 - (C) Ele tinha submisso o outro pela força de seu preconceito, e não de sua razão.
 - (D) Quando havermos de ser tolerantes, o outro será efetivamente considerado.
 - (E) As razões que conter nossa argumentação devem ser claras e abertas.
-

Atenção: As questões de números 7 a 12 referem-se ao texto seguinte.

A teoria unificada

Os físicos vivem atrás de uma teoria unificada do Universo que explique tudo. Todo o mundo persegue a tal teoria unificada, ou unificadora, por trás de tudo. Só varia o tudo de cada um. As religiões têm suas teorias unificadas: são suas teologias. Diante de um religioso convicto você está diante de alguém invejável, alguém que tem certeza, que chegou na frente da ciência e encerrou a sua busca. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade – os deuses semi-humanos da Antiguidade, as deduções empíricas da ciência primitiva – e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples, do diverso para o único. Só que o monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara.

Na política e nos assuntos do mundo também existe a busca da explicação absoluta, da teoria por trás de tudo. A teoria unificadora não requer esforço, é justamente um pretexto para não pensar. No fundo, o que nos atrai não é a explicação unificadora. Pode ser a teoria mais fantástica, não importa. O que nos atrai é a simplicidade. O melhor de tudo é a desobrigação de pensar.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 59-60)

7. A *teoria unificada* está caracterizada neste texto, essencialmente, pela
- (A) crença resoluto que têm as pessoas na existência de um deus único.
 - (B) simplificação com que as ciências vêm resolvendo suas questões.
 - (C) virtude de oferecer uma mesma causalidade para ocorrências diversas.
 - (D) qualidade de submeter todas as teses a uma simples hipótese.
 - (E) possibilidade de contentar a todos com resoluções diferentes.
-
8. Ao dizer que o *monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara*, o autor do texto
- (A) contrapõe à ciência o fato de que há religiões cujo centro é um deus único.
 - (B) mostra que os cientistas não estão preocupados com uma teoria unificada.
 - (C) conclui que a teoria unificada está resguardada pela ciência de ponta.
 - (D) levanta a hipótese de cientistas passarem a seguir os passos do monoteísmo.
 - (E) imagina que o monoteísmo alcançou explicações vedadas ao cientista.
-
9. No 2º parágrafo do texto, o humor do cronista leva-o a afirmar que
- (A) a hipótese de haver para tudo uma teoria unificada é, no fundo, um resquício do nosso pensamento de primitivos.
 - (B) a quantidade de esforço empenhado na busca da teoria unificada é proporcional ao sucesso dessa busca.
 - (C) o dispêndio inútil de tanta energia na busca de uma teoria unificada revela, mais que nossa teimosia, nossa ambição desmedida.
 - (D) a política é talvez o único terreno em que a aspiração humana da teoria unificada pode depositar alguma esperança.
 - (E) o comodismo humano é o que está na raiz de nossas expectativas quanto à existência de uma teoria unificada.
-



10. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Tanto os físicos como também os religiosos incitam-se na crença de que hajam evidências de se chegar a estabelecer uma teoria unificada.
 - (B) A simplicidade da tal teoria unificada já é motivo suficiente para que ela nos atraia tanto, ao dispensar-nos do cansativo esforço de pensar.
 - (C) Na Antiguidade, a profusão de deuses faziam crer que não seria desejável alcançar a unidade das crenças num único monoteísmo unificador.
 - (D) Uma teoria unificada para tudo é a meta da qual se dispõe a conseguir tanto os homens da ciência como os que se especializam na teologia.
 - (E) Mais do que a complexidade das coisas múltiplas, cujo desgaste tanto laboramos, é preferível a teoria unificada, que nos poupa disso.

11. *A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade [...] e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples.*

Sem prejuízo para o sentido e para a correção da frase acima, os elementos sublinhados podem ser substituídos, na ordem dada, por

- (A) passaram a se diversificar – imbuídas do mesmo prazer
- (B) provieram de igual diversidade – com igual sofreguidão
- (C) originaram de fatores vários – através de fome semelhante
- (D) principiaram-se diferentes – de tal modo desejosas
- (E) iniciaram-se semelhantes – de tamanha obsessão

12. A colocação de **ambas** as vírgulas está plenamente adequada na frase:

- (A) Não é indispensável tanto na ciência, como na religião que haja uma teoria unificada, para fortalecer o nosso espírito.
- (B) Mesmo que nosso esforço lograsse chegar, a uma teoria unificada, muitos ainda continuariam a duvidar de tudo.
- (C) Uma teoria unificada, que explicasse tanto as questões religiosas como as científicas, viria a eliminar muitas ansiedades.
- (D) Como se sabe, as teologias humanas, constituem a teoria unificada a que chegaram os pensadores religiosos.
- (E) A desobrigação de pensar é de todos os atrativos, aquele que mais nos seduz, entre os acenados pela teoria unificada.

Atenção: As questões de números 13 a 16 referem-se ao texto seguinte, escrito pelo filósofo francês Voltaire em 1777:

Do justo e do injusto

Quem nos deu o sentimento do justo e do injusto? Foi Deus, que nos deu um cérebro e um coração. Mas em que momento nossa razão nos ensina que há vício e virtude? Quando nos ensina que dois e dois são quatro. Não há conhecimento inato, pela mesma razão por que não há árvore que contenha folhas e frutos ao sair da terra. Nada é aquilo que chamam inato, ou seja, desenvolvido ao nascer; Deus nos faz nascer com órgãos que, crescendo, nos permitem sentir tudo o que nossa espécie deve sentir para a sua própria conservação.

(Voltaire. **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1)

13. Considere as seguintes afirmações:

- I. O sentimento do que é vicioso ou virtuoso, segundo Voltaire, aprimora-se com o tempo, à medida que vamos amadurecendo esses valores, íntimos nossos desde o nascimento.
- II. Segundo Voltaire, todos nascemos aparelhados por Deus com dispositivos que nos permitem desenvolver e discernir o que precisamos conhecer para a conservação da nossa espécie.
- III. A imagem da árvore, de que se vale o filósofo Voltaire, ilustra bem o caso das pessoas que nascem já providas do amadurecimento com o qual distinguem entre o que é justo e o que é injusto.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O poder de Deus, em que os crentes atribuem tudo o que há no mundo, uniu-nos todos de sentimentos que podemos desenvolver.
 - (B) O justo e o injusto – valores dos quais se envolvem todos os juízes – são difíceis de discernir por que muitas vezes se alternam no mesmo indivíduo.
 - (C) Uma árvore, cujos desenvolvimentos podemos acompanhar a cada dia, é utilizada por Voltaire para auxiliá-lo na ilustração de seus conceitos.
 - (D) Entre o vício e a virtude, extremos em cujos oscilamos, há valores nuançados, onde frequentemente nos confundimos.
 - (E) A razão porque Voltaire acredita na conservação de nossa espécie deve-se à confiança em que deposita na providência divina.

15. *Quem nos deu o sentimento do justo e do injusto?*

A função sintática do elemento sublinhado na frase acima corresponde à mesma do sublinhado em:

- (A) *Quando nos ensina que dois e dois são quatro.*
- (B) *Nada é aquilo que chamamos inato.*
- (C) *Deus nos faz nascer com órgãos.*
- (D) *Foi Deus, que nos deu um cérebro e um coração.*
- (E) *não há árvore que contenha folhas e frutos ao sair da terra.*

16. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para integrar corretamente a frase:

- (A) Não (**haver**) de ocorrer tantas injustiças, não precisaríamos definir com exatidão o que é justo.
- (B) A cada um (**cabere**) as punições devidas pelos males que haja praticado.
- (C) Não se (**imputar**) ao caráter dele os deslizes que lhe sejam inatos.
- (D) A todos aqueles a quem (**poder**) servir meu exemplo, ofereço-o de bom grado.
- (E) Não (**dever**) agradar a ela, creio eu, as conclusões a que cheguei.

História do Mato Grosso

17. A “Marcha para o Oeste” vinculada à história do Mato Grosso no século XX, foi caracterizada como
- (A) um movimento de migração e ocupação, inicialmente estimulado pelo governo Getúlio Vargas nos anos 1930, que visava o povoamento e a exploração econômica de terras mato-grossenses e que contou com grande adesão de grupos originários do Sudeste e do Sul do país.
 - (B) um projeto do governo federal, após a construção de Brasília, para povoar o Centro Oeste por meio de auxílios e subsídios aos empreendedores dispostos a se instalar em terras ofertadas gratuitamente pela União, a fim de garantir o abastecimento agrícola e pecuário da Capital Federal e, conseqüentemente, o desenvolvimento dessa região.
 - (C) uma política expansionista do Sul em direção ao Norte, no contexto da ditadura militar, cujo objetivo era expropriar terras dos indígenas e instalar latifúndios para o cultivo da soja na área menos densa do país, a fim de eliminar os chamados “espaços vazios” do território brasileiro, considerados indesejáveis para a segurança nacional.
 - (D) um fluxo migratório espontâneo, que teve início nos anos 1960 e que contou, posteriormente, com o apoio do Movimento dos Sem Terra, cujo propósito era a ocupação de latifúndios improdutivos a fim de minimizar a penúria de famílias de agricultores e acelerar o processo de reforma agrária no Brasil.
 - (E) uma campanha governamental, em nível estadual, para promover a industrialização na região, por meio da concessão de benefícios e isenções fiscais a empresários ligados à atividade hidrelétrica, madeireira e mineradora que pudessem atrair recursos e investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado.
18. As populações indígenas que habitavam a região do Mato Grosso, antes da fundação de Cuiabá,
- (A) encontravam-se praticamente exterminadas em virtude da alta mortalidade provocada pela disseminação de doenças e do ataque sistemático às aldeias empreendidos pelos colonizadores.
 - (B) organizavam-se no Alto Xingu como uma grande e coesa confederação bastante populosa, que nutria relações culturais e de troca, tanto a Oeste, com os povos do império Inca, como ao Norte, com os grupos Marajoara.
 - (C) apesar de diversas, eram, em seu maior número, do grupo Bororo, considerados pelos colonizadores muito violentos por resistirem duramente à catequese jesuítica e possuírem rituais antropofágicos.
 - (D) eram heterogêneas, uma vez que os processos colonizatórios português e espanhol haviam deslocado grupos indígenas de diferentes troncos linguísticos para o interior do continente.
 - (E) faziam recorrentes alianças entre os diferentes grupos existentes a fim de unirem forças e se protegerem dos ataques dos bandeirantes, contra os quais agiram de forma ininterrupta, a ponto de impedir o processo de fundação de vilas e povoados.



19. Considere o trecho a seguir:

Uma das características do sistema de plantio nas áreas de Cerrado e que o distingue dos plantios na região Sul é o tamanho médio das lavouras: enquanto no sul do Brasil a área média cultivada no ano de 1995 foi de 16,8 hectares, em Mato Grosso essa média foi de 663 hectares. Ou seja, 77,7% das lavouras possuíam área superior a mil hectares, enquanto que, no Rio Grande do Sul, apenas 10% se situavam nessa classe de área (IBGE, 1996).

(FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon. **Do Cerrado à Amazônia:** as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 19)

O quadro descrito acima, com relação aos dados sobre o Mato Grosso, deve ser compreendido levando-se em conta diversos fatores históricos relacionados à questão fundiária, dentre eles,

- (A) o processo de transformação de terras públicas em propriedades privadas no bojo das Reformas de Base, nos anos 1960, para atender à demanda da indústria agropecuária que se instalara na região.
- (B) a concentração fundiária resultante da comercialização de lotes adquiridos em programas regulamentados pelo INCRA, como os Projetos de Assentamento Rápido, nos anos 1970 e 1980.
- (C) as consequências da implementação, em meados dos anos 1970, do Plano de Valorização da Amazônia, que abarcava as terras do Centro-Oeste e as cedia ao usufruto de empresas multinacionais.
- (D) a criação do Departamento de Terra e Colonização, nos anos 1990, que regulamentou a aquisição de grandes fazendas por agricultores e grupos empresariais interessados no cultivo da soja.
- (E) a implementação do Estatuto da Terra, nos anos 1950, que legislou sobre a quota média de hectares por proprietário nas diferentes regiões do país, considerando as especificidades da economia local.

20. Considere as seguintes proposições sobre a história de Cuiabá.

- I. Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi, desde sua oficialização como vila, a capital da Província de Mato Grosso.
- II. A partir da fundação do primeiro povoado pelo bandeirante Manuel de Campos Bicudo, a vila de Cuiabá teve crescimento tímido porém contínuo ao longo do período colonial.
- III. O primeiro nome da cidade de Cuiabá, que surgiu como um posto de exploração e controle do ouro, foi Vila Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque.
- IV. Antes da criação da Capitania do Mato Grosso, em 1748, Cuiabá e toda a região mato-grossense estiveram vinculadas à Capitania de São Paulo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e IV.
- (C) IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III.

21. Um momento histórico no qual afloraram tensões relacionadas à proposta de divisão do Estado do Mato Grosso deu-se no contexto da Revolução Constitucionalista de 1932. Sobre a participação do Mato Grosso nesse conflito, é correto afirmar:

- (A) O sul do Estado de Mato Grosso aderiu ao governo federal contra São Paulo, na esperança de que Getúlio Vargas atendesse à demanda da Liga Sul-mato-grossense pela separação da parte norte e criação de um novo Estado.
- (B) As elites políticas que defendiam o separatismo da parte sul do Estado em relação ao governo de Cuiabá se aliaram a São Paulo e aproveitaram a Revolução para fundar o Estado de Maracaju, mas a derrota dos paulistas inviabilizou este projeto.
- (C) A capital do Mato Grosso se aliou ao governo federal contra São Paulo, pois os paulistas tinham o projeto de anexar parte do sul-mato-grossense, especificamente o Território Federal de Ponta Porã, para a expansão das lavouras de café.
- (D) O norte do Mato Grosso, aliado de São Paulo na Revolução, aproveitou o conflito para invadir a parte sul do Estado e derrotar o movimento separatista representado pela Liga Sul-mato-grossense.
- (E) O Estado de Mato Grosso permaneceu neutro durante a Revolução Constitucionalista de 1932, apesar das tentativas do seu comandante militar regional, general Bertoldo Klingler, envolvê-lo na guerra paulista.

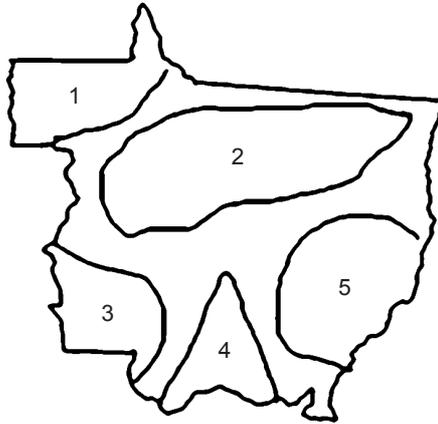


Geografia do Mato Grosso

22. Considere o texto e o mapa apresentados a seguir.

É o mais extenso domínio geomorfológico de Mato Grosso, apresentando topografia favorável às práticas agrícolas mecanizadas. Constitui o divisor de águas da Bacia do Amazonas e do Paraguai. Suas altitudes mais elevadas, em torno de 800 metros, são encontradas no trecho sudoeste, mas a altitude predominante varia de 450 e 650 metros. As formas de relevo são bastante suaves e apresentam duas feições bem distintas: as de topos planos, que são predominantes, e as ligeiramente arredondadas, que são testemunho do relevo que existia no local.

(Adaptado de: <http://www.ebah.com.br/>)



(IBGE)

O texto descreve a porção do mapa indicada com o número

- (A) 5.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 1.

23. Sobre o processo de urbanização do Estado do Mato Grosso, considere.

- I. O processo acelerado de urbanização do Mato Grosso teve início na década de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que tinha como uma de suas metas o desenvolvimento da agropecuária na porção central do Brasil.
- II. O processo de urbanização no Estado foi estimulado como estratégia de ocupação, controle e incorporação da fronteira agrícola nas últimas décadas do século XX.
- III. A urbanização de Mato Grosso, diferente do que ocorreu com outras áreas do Brasil, não foi ligado à industrialização, mas à ocupação do campo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

24. Considere as afirmações a seguir.

- I. Há um crescente aumento do percentual de população na faixa etária entre 0 e 14 anos.
- II. Desde a década de 1980 a população urbana passou a ser predominante no Estado.
- III. Cerca de 35% da população do Estado é formada de migrantes, com destaque para os paranaenses.

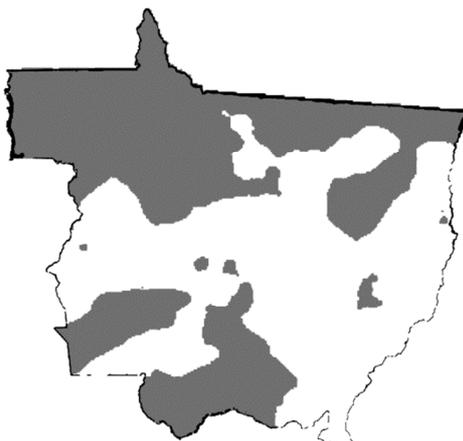
Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



25. O mapa a seguir refere-se à concentração da terra no Estado de Mato Grosso. As partes escuras do mapa correspondem às áreas com maior concentração de terras

Índice de Gini da terra – Mato Grosso – 2014



(Adaptado de: <https://confins.revues.org>)

A leitura do mapa e os conhecimentos sobre a organização do espaço mato-grossense permitem afirmar corretamente que

- (A) nas áreas de maior concentração urbana e, portanto, maior adensamento demográfico, as terras são mais concentradas.
 - (B) as maiores concentrações de terra encontram-se nas áreas de ocupação mais antiga, datada entre as décadas de 1950/60.
 - (C) as recentes ondas de assentamentos ocorridos a partir dos anos 2000 reduziram a concentração de terras no Estado.
 - (D) nas áreas da fronteira agrícola há menor concentração de terras devido à forte diversificação das atividades econômicas.
 - (E) nos três biomas presentes no Estado encontramos áreas com grande concentração de terras.
26. Responsável por grande parcela da produção agrícola do Estado, esta macrorregião merece destaque, tendo-se em vista que colabora, significativamente, para o incremento do PIB do Estado, principalmente em decorrência do alto nível de produção de grãos, como o milho e a soja.

O principal produto agrícola da macrorregião é a soja, que corresponde a 65% da produção, em termos de volume, sendo responsável por 32% da produção de todo o Estado e 10% da produção nacional.

(Adaptado de: <http://www.scielo.br>)



(<http://www.scielo.br>)

O texto refere-se à macrorregião

- (A) Médio-Norte.
- (B) Sudeste.
- (C) Centro-Sul.
- (D) Oeste.
- (E) Nordeste.

**Legislação Específica**

27. A Lei nº 7.692/2002, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Mato Grosso, dispõe que
- (A) a assistência de um advogado é facultativa, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - (B) o órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração indireta.
 - (C) é o regime jurídico da pessoa jurídica controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Público estadual que determina se ela integra a Administração centralizada estadual.
 - (D) os prazos previstos na Lei nº 7.692/2002 prevalecem sobre os constantes de normas legais específicas.
 - (E) apenas pessoas físicas são legitimadas como interessadas para fins de processo administrativo.
-
28. A Lei Complementar nº 207/2004 instituiu o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso. Nos termos regulados por essa norma, no que diz respeito às penalidades,
- (A) a pena máxima de suspensão é de 180 dias.
 - (B) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a repreensão.
 - (C) a destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de repreensão.
 - (D) a pena de suspensão pode ser convertida em multa, havendo conveniência para o serviço.
 - (E) a pena de suspensão terá o seu início de imediato em qualquer caso.
-
29. No que se refere ao benefício do salário família, a Lei Complementar nº 4/1990 estabelece que
- (A) o salário família será pago ao pai ou à mãe quando ambos forem servidores públicos e viverem em comum, e será pago a um e outro quando separados, de acordo com a distribuição dos dependentes.
 - (B) é pago em parcela única, seja qual for o número de dependentes.
 - (C) é considerado dependente o filho homem até 18 anos e a filha mulher até 24 anos.
 - (D) é devido apenas ao servidor ativo.
 - (E) o afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, acarreta a suspensão do pagamento do salário família.
-
30. Considere as seguintes definições:
- I. Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que deve ser cometido a um servidor.
 - II. Divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades, inclusive aquelas das funções de direção, chefia, assessoramento e assistência.
 - III. Conjunto de carreira e em comissão, integrantes das estruturas dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações criadas e mantidas pelo Poder Público.
- Nos termos da Lei Complementar nº 4/1990, essas são, respectivamente, as definições de
- (A) classe, cargo público integrante da carreira e quadro.
 - (B) cargo público integrante da carreira, quadro e classe.
 - (C) cargo público integrante da carreira, classe e quadro.
 - (D) carreira, classe e quadro.
 - (E) carreira, cargo público integrante da carreira e classe.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Contabilidade Geral**

31. No dia 31/10/2016, a empresa Endividada S.A. obteve um empréstimo no valor de R\$ 200.000,00, junto ao Banco Crédito Bom S.A., com vencimento em 6 meses e taxa de juros compostos de 3% a.m.. Os custos de transação pagos, em 31/10/2016, para a obtenção desse empréstimo foram R\$ 3.000,00. Em 31/10/2016, ao reconhecer o empréstimo contratado, a empresa debitou a conta Bancos em
- (A) R\$ 197.000,00, debitou a conta Despesas Financeiras em R\$ 3.000,00 e creditou a conta Empréstimos em R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 197.000,00, debitou a conta Despesa Antecipada (Ativo) em R\$ 3.000,00 e creditou a conta Empréstimos em R\$ 200.000,00.
- (C) R\$ 197.000,00, debitou a conta Juros a Transcorrer (Passivo) em R\$ 3.000,00 e creditou a conta Empréstimos em R\$ 200.000,00.
- (D) R\$ 200.000,00, creditou a conta Juros a Transcorrer (Passivo) em R\$ 3.000,00 e creditou a conta Empréstimos em R\$ 197.000,00.
- (E) R\$ 191.000,00, debitou a conta Despesas de Juros em R\$ 9.000,00 e creditou a conta Empréstimos em R\$ 200.000,00.
-
32. Em 31/12/2015, a Cia. GAS realizou uma venda no valor de R\$ 100.000,00, para ser recebida em 31/03/2017. O prazo normalmente concedido pela Cia. é 55 dias e se a venda tivesse sido feita à vista seu valor seria de R\$ 78.000,00. De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e atualizações posteriores, a empresa reconheceu no momento da venda:
- (A) Receita de Vendas de R\$ 100.000,00 e Duplicatas a Receber de R\$ 100.000,00.
- (B) Receita de Vendas de R\$ 100.000,00, Duplicatas a Receber de R\$ 78.000,00 e Despesa Financeira de R\$ 22.000,00.
- (C) Receita de Vendas de R\$ 78.000,00, Duplicatas a Receber de R\$ 100.000,00 e Receita Financeira de R\$ 22.000,00.
- (D) Receita de Vendas de R\$ 78.000,00 e Duplicatas a Receber de R\$ 78.000,00.
- (E) Receita de Vendas de R\$ 78.000,00, Duplicatas a Receber de R\$ 100.000,00 e Adiantamento de Clientes de R\$ 22.000,00.
-
33. A Cia. GAMA foi constituída, em 31/12/2015, mediante integralização em dinheiro de 70% de seu Capital Social, sendo este, de acordo com o Estatuto Social da Cia., de R\$ 100.000,00.

Durante o mês de janeiro de 2016, a Cia. realizou as seguintes operações:

| Data | Operação |
|-------------|---|
| 05/01/16 | Compra de Estoque no valor de R\$ 50.000,00 para ser pago em 20 dias, sem juros. |
| 11/01/16 | Adiantamento ao Fornecedor MJC, no valor de R\$ 30.000,00, para recebimento futuro de mercadorias. |
| 14/01/16 | Integralização do restante do Capital Social com Veículos. |
| 18/01/16 | Recebimento de R\$ 40.000,00 do cliente VIP, para entrega futura de mercadorias. |
| 25/01/16 | Pagamento de Fornecedores, referente às compras efetuadas em 05/01/2016. |
| 26/01/16 | Venda por R\$ 80.000,00 de mercadorias que haviam custado R\$ 35.000,00. O valor da venda seria recebido em março de 2016. |
| 28/01/16 | Entrega, pelo Fornecedor MJC, de mercadorias no valor de R\$ 40.000,00. O saldo remanescente a pagar seria pago em março de 2016. |
| 31/01/16 | Contratação e pagamento de um seguro contra incêndio no valor de R\$ 24.000,00, com vigência de 12 meses, a partir de 01/02/2016. |

O total do Ativo da Cia. Gama, em 31/01/16, após o registro das operações acima era, em reais,

- (A) 230.000,00.
- (B) 195.000,00.
- (C) 225.000,00.
- (D) 171.000,00.
- (E) 201.000,00.



34. A Cia. Nordestina realizou, em 2015, as seguintes operações:

- I. Recebeu um terreno, em doação, com restrições a serem cumpridas após 2017. O valor justo do terreno, na data da doação, era R\$ 70.000,00.
- II. Aumentou o Capital Social em R\$ 200.000,00, sendo 30% em dinheiro e o restante com Reservas de Lucros.
- III. Vendeu, por R\$ 80.000,00, ações em tesouraria que haviam sido adquiridas em 2014 por R\$ 60.000,00.
- IV. Reconheceu em Outros Resultados Abrangentes uma perda decorrente de determinadas aplicações financeiras no valor de R\$ 10.000,00.
- V. Apurou, em 2015, lucro líquido de R\$ 150.000,00, tendo distribuído R\$ 45.000,00 como dividendos obrigatórios, constituído Reserva Legal no valor de R\$ 7.500,00 e retido o saldo remanescente como Reservas para Expansão.

Considerando o registro dessas operações, a alteração ocorrida no Patrimônio Líquido da Cia. Nordestina em 2015 foi, em reais, de

- (A) 235.000,00.
- (B) 305.000,00.
- (C) 175.000,00.
- (D) 245.000,00.
- (E) 315.000,00.

35. Na empresa Verde Vencedor S.A., as demonstrações contábeis são analisadas pelos investidores para fazerem seu *valuation* e, conseqüentemente, comprarem ou venderem suas ações. Entre os principais indicadores desta empresa destacam-se:

- índice de liquidez corrente igual a 1,5;
- grau de endividamento em relação ao Patrimônio Líquido de 200%; e,
- composição de endividamento de 35%.

Sabendo que o Patrimônio Líquido da empresa é formado pelo Capital Social de R\$ 147,00, Reservas de Lucros no valor de R\$ 33,00 e Reserva de Contingência no valor de R\$ 20,00, o valor do Ativo Circulante é, em reais,

- (A) 70,00.
- (B) 140,00.
- (C) 260,00.
- (D) 210,00.
- (E) 390,00.

36. A empresa Giramundo Ltda. comercializa guitarras elétricas para as bandas de forró em todo o Brasil. Nos meses de junho e julho de 2016, a empresa realizou as seguintes operações:

| Data | Operação | Quantidade (unidades) | Preço de compra (unitário) | Preço de venda (unitário) |
|----------|----------|-----------------------|----------------------------|---------------------------|
| 03/06/16 | compra | 200 | R\$ 10 | |
| 16/06/16 | venda | 150 | – | R\$ 20 |
| 25/06/16 | compra | 200 | R\$ 15 | |
| 05/07/16 | compra | 100 | R\$ 14 | |
| 11/07/16 | venda | 150 | – | R\$ 21 |
| 30/07/16 | venda | 100 | – | R\$ 22 |

Sabendo que a empresa não apresentava estoque inicial e que adota o critério PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai) para controle dos estoques, o custo das mercadorias vendidas no mês de julho foi, em reais,

- (A) 1.500,00.
- (B) 5.000,00.
- (C) 8.350,00.
- (D) 3.650,00.
- (E) 3.500,00.



37. A empresa Coralina adquiriu, em 31/12/2015, um automóvel por R\$ 270.000,00 a prazo, para pagamento em duas vezes iguais e sem juros, sendo a primeira parcela paga em fevereiro e a segunda paga em abril de 2016. A vida útil econômica deste automóvel foi estimada em 10 anos e seu valor residual foi avaliado em R\$ 30.000,00. Após 3 meses de uso, o automóvel foi vendido por R\$ 250.000,00 à vista em 31/03/2016. Com base nestas informações e sabendo que a companhia obteve um resultado contábil, o impacto acumulado causado no Caixa da empresa, nos três primeiros meses de 2016, referente a estas transações foi, em reais, de
- (A) 14.000,00, negativo.
(B) 20.000,00, negativo.
(C) 115.000,00, positivo.
(D) 10.000,00, positivo.
(E) 16.0000,00, positivo.

38. A empresa Galinhos S.A. possuía as seguintes informações:

| | 31/12/2014 | 31/12/2015 |
|------------------------------------|------------|------------|
| Estoque de matérias-primas | 45.000 | 110.000 |
| Estoque de produtos em elaboração | 8.000 | 38.000 |
| Estoques de produtos acabados | 40.000 | 60.000 |
| Consumo anual de matérias-primas | - | 155.000 |
| Custo dos produtos vendidos | - | 150.000 |
| Custo total de produção do período | - | 200.000 |

Com base nestas informações e sabendo que a quantidade de dias utilizado é de 360 dias por ano, o prazo médio de renovação dos estoques de produtos acabados, em dias, era

- (A) 108.
(B) 90.
(C) 120.
(D) 144.
(E) 96.

Contabilidade Pública

39. Considere as informações referentes a 2015, a seguir, extraídas do sistema de contabilidade de uma autarquia estadual:

| | Valores em Reais |
|--|------------------|
| Despesas Empenhadas | 42.790.000,00 |
| Despesas Liquidadas | 41.680.000,00 |
| Restos a Pagar inscritos em 31/12/2015 | 2.500.000,00 |
| Receita Orçamentária Lançada | 19.750.000,00 |
| Receita Orçamentária Arrecadada | 18.870.000,00 |
| Pagamento de Restos a Pagar..... | 1.540.000,00 |
| Transferências Financeiras Recebidas..... | 26.000.000,00 |
| Transferências Financeiras Concedidas..... | 1.380.000,00 |

O resultado financeiro do exercício de 2015 apurado a partir do Balanço Financeiro foi

- (A) positivo em R\$ 1.660.000,00.
(B) negativo em R\$ 840.000,00.
(C) positivo em R\$ 270.000,00.
(D) positivo em R\$ 3.650.000,00.
(E) negativo em R\$ 22.960.000,00.



Instruções: Para responder às questões de números 40 a 43, considere os fatos relacionados a seguir, referentes ao exercício financeiro de 2015 de um determinado Governo Estadual:

| | R\$ (mil) |
|--|---------------|
| Previsão da receita e fixação da despesa referente à aprovação do orçamento com base na Lei Orçamentária Anual | 16.000.000,00 |
| Lançamento de receitas tributárias | 8.000.000,00 |
| Arrecadação de receitas tributárias | 7.900.000,00 |
| Lançamento e Arrecadação de Transferências Correntes Intergovernamentais..... | 3.800.000,00 |
| Lançamento e arrecadação de receitas de serviços..... | 430.000,00 |
| Lançamento e arrecadação de outras receitas correntes – multas e juros | 210.000,00 |
| Recebimento de créditos tributários inscritos em dívida ativa..... | 400.000,00 |
| Recebimento de arrendamento de imóveis referente a 2015 | 260.000,00 |
| Obtenção de operações de crédito de longo prazo | 2.600.000,00 |
| Abertura de Créditos Adicionais Especiais, referentes a Outras Despesas Correntes e cujos recursos para cobertura foram oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior | 800.000,00 |
| Empenho de despesas com: | |
| Pessoal e Encargos Sociais..... | 9.300.000,00 |
| Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 800.000,00 |
| Outras Despesas Correntes – Material de Consumo | 1.430.000,00 |
| Investimentos – Equipamentos e Material Permanente..... | 530.000,00 |
| Investimentos – Obras e Instalações | 1.550.000,00 |
| Amortização da Dívida | 2.680.000,00 |
| Juros e Encargos da Dívida | 500.000,00 |
| Liquidação de despesas com: | |
| Pessoal e Encargos Sociais | 9.100.000,00 |
| Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica | 560.000,00 |
| Outras Despesas Correntes – Material de Consumo | 1.390.000,00 |
| Investimentos – Equipamentos e Material Permanente..... | 445.000,00 |
| Investimentos – Obras e Instalações | 1.373.000,00 |
| Amortização da Dívida..... | 2.680.000,00 |
| Juros e Encargos da Dívida..... | 500.000,00 |
| Pagamento de despesas com: | |
| Pessoal e Encargos Sociais:..... | 9.000.000,00 |
| Outras Despesas Correntes – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: | 248.000,00 |
| Outras Despesas Correntes – Material de Consumo: | 876.000,00 |
| Investimentos – Equipamentos e Material Permanente:..... | 397.000,00 |
| Investimentos – Obras e Instalações: | 1.296.000,00 |
| Amortização da Dívida:..... | 2.680.000,00 |
| Juros e Encargos da Dívida: | 350.000,00 |
| Pagamento de Restos a Pagar Processados (referentes a despesas correntes) | 1.263.000,00 |
| Depreciação do ativo imobilizado..... | 1.480.000,00 |
| Devolução de Depósitos Cauções | 384.000,00 |

Informações Adicionais:

- Os fatos geradores das receitas de multas e juros ocorreram em 2015.
- A despesa com Pessoal e Encargos Sociais é relativa à manutenção das atividades governamentais.
- Do material de consumo adquirido, foram consumidos R\$ (mil) 976.000,00 em 2015 e não havia estoque inicial em 2015.
- Os serviços de terceiros (pessoa jurídica) referem-se à manutenção dos equipamentos da rede hospitalar estadual e foram prestados em 2015. Tais gastos não geraram alteração na vida útil econômica dos equipamentos.
- Os juros e encargos da dívida são referentes ao exercício de 2015.

40. Considerando as demonstrações consolidadas do Governo Estadual, o resultado patrimonial do exercício financeiro de 2015 foi

- (A) superavitário em R\$ (mil) 1.564.000,00.
- (B) superavitário em R\$ (mil) 84.000,00.
- (C) deficitário em R\$ (mil) 16.000,00.
- (D) superavitário em R\$ (mil) 484.000,00.
- (E) deficitário em R\$ (mil) 330.000,00.

41. Considerando as demonstrações consolidadas do Governo Estadual, no Balanço Orçamentário referente a 2015,

- (A) o resultado de execução orçamentária, conforme Lei nº 4.320/1964, foi deficitário em R\$ (mil) 1.190.000,00.
- (B) a economia orçamentária foi R\$ (mil) 752.000,00.
- (C) a insuficiência de arrecadação foi R\$ (mil) 300.000,00.
- (D) a despesa de capital realizada, conforme Lei nº 4.320/1964, foi R\$ (mil) 2.860.000,00.
- (E) o valor dos restos a pagar processados inscritos em 31/12/2015 foi R\$ (mil) 742.000,00.



42. Considerando as demonstrações consolidadas do Governo Estadual, durante 2015, o Ativo foi
- (A) reduzido R\$ (mil) 42.000,00.
 - (B) reduzido em R\$ (mil) 442.000,00.
 - (C) aumentado em R\$ (mil) 14.405.000,00.
 - (D) aumentado em R\$ (mil) 1.205.000,00.
 - (E) reduzido em R\$ (mil) 2.260.000,00.
-
43. Considerando as demonstrações consolidadas do Governo Estadual, na Demonstração dos Fluxos de Caixa referente ao exercício financeiro de 2015, as atividades de investimentos consumiram caixa de R\$ (mil)
- (A) 1.818.000,00.
 - (B) 2.080.000,00.
 - (C) 1.693.000,00.
 - (D) 3.173.000,00.
 - (E) 1.941.000,00.
-
44. Em 31/12/2015, uma autarquia estadual fez um pagamento no valor de R\$ 3.500,00 referente ao seguro de um veículo que é utilizado em suas atividades operacionais, cujo vencimento da apólice será em 31/12/2016. Sendo assim, em 31/12/2015, para registrar a transação, a autarquia utilizou uma conta
- (A) da classe variações patrimoniais diminutivas.
 - (B) da classe ativo circulante.
 - (C) do subgrupo variações patrimoniais diminutivas pagas antecipadamente.
 - (D) do grupo variações patrimoniais aumentativas pagas antecipadamente.
 - (E) da classe despesa diferida.
-
45. As contas que registram a execução das cotas, repasses e sub-repasses para atender a despesas orçamentárias, restos a pagar autorizados e demais dispêndios extra orçamentários são contas de natureza de informação
- (A) patrimonial.
 - (B) orçamentária.
 - (C) extra orçamentária.
 - (D) de custos.
 - (E) de controle.
-
46. A Procuradoria Geral de um Governo Estadual adquiriu, em 31/10/2014, um equipamento de informática no valor de R\$ 30.000,00, cuja vida útil econômica e valor residual, nesta mesma data, foram estimados, respectivamente, em 4 anos e R\$ 6.000,00. Sabendo que o método de depreciação utilizado pela Procuradoria Geral é o das quotas constantes, o valor da variação patrimonial quantitativa diminutiva reconhecida em 2014 referente a este equipamento foi, em reais,
- (A) 6.000,00.
 - (B) 7.500,00.
 - (C) 1.250,00.
 - (D) 1.000,00.
 - (E) 1.500,00.
-
47. De acordo com o Decreto nº 1.374/2008, no âmbito do Poder Executivo Estadual, a avaliação da consistência e fidedignidade dos registros e informações geradas pelo FIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso é de competência
- (A) do Tribunal de Contas Estadual.
 - (B) do Chefe do Poder Executivo.
 - (C) do Legislativo Estadual.
 - (D) da Secretaria de Estado da Fazenda.
 - (E) da Auditoria-Geral do Estado.
-
48. Conforme a NBC T 16.11, no Subsistema de Informação de Custos do Setor Público
- (A) o custeio por absorção é um sistema de acumulação de custos.
 - (B) o valor social é um dos atributos da informação de custos.
 - (C) o custeio por ordem de serviço é um sistema de custeio.
 - (D) o custo padrão é um método de custeio.
 - (E) os custos de um serviço correspondem às despesas liquidadas referentes àquele serviço.



Administração Orçamentária e Financeira

49. A Receita Pública é classificada em categorias que a agregam em grupos e subgrupos conforme a Categoria Econômica, a Origem, a Espécie, a Rubrica, a Alínea e a Subalínea. São contas da Origem da Receita Orçamentária Pública:
- (A) Receita Corrente e Receita de Capital.
 - (B) Receita Tributária e Receita Agropecuária.
 - (C) Receita de Impostos e Receita de Taxas.
 - (D) Receita de Contribuição de Melhoria e Receita Tributária.
 - (E) Receita de Serviço e Receita de Capital.

50. Considere a seguinte citação:

Um problema subjacente ao denominado orçamento baseado em desempenho envolve o desafio da clareza. O termo é um dos muitos descritores diferentes (e o mais comum) utilizados para descrever a conexão entre informações sobre desempenho, por um lado, e recursos governamentais, por outro. Em alguns círculos, entretanto, esse termo passou a conotar a substituição da alocação 'política' de recursos por algum algoritmo mágico que aloca recursos com base nos dados sobre desempenho. (Hilton, RM e Joyce, PG. Informações sobre desempenho orçamentário em perspectiva histórica e comparativa. In: **Administração Pública: coletânea**. ENAP, Brasília: 2010, 382).

O uso da palavra "desempenho" no trecho acima remete o leitor ao princípio constitucional da Administração pública da:

- (A) Presunção de Legitimidade.
 - (B) Supremacia do Interesse Público.
 - (C) Impessoalidade.
 - (D) Legalidade.
 - (E) Eficiência.
51. Em conformidade com a Constituição Federal e os demais atos derivados dela, que estruturam o atual quadro jurídico das finanças públicas no Brasil, a responsabilidade para a aprovação do conjunto de leis que estruturam e definem os planos, diretrizes e orçamento público anual é
- (A) do poder judiciário federal ou estadual.
 - (B) do poder legislativo de cada nível de governo.
 - (C) do poder executivo de cada nível de governo.
 - (D) do Ministério Público de contas federal ou estadual.
 - (E) da sociedade, através de consultas públicas sistemáticas.

Atenção: Considere as informações do Quadro de Contas e Valores do Balanço Orçamentário abaixo, de um determinado Estado brasileiro, para responder às questões de números 52 a 54.

| Receitas Orçamentárias | | | Despesas Orçamentárias | | | |
|------------------------|---------------|---------------|----------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Conta | Previsto | Realizado | Conta | Empenhado | Liquidado | Pago |
| Tributárias | 5.160 | 5.520 | Pessoal e encargos | 9.620 | 9.410 | 9.200 |
| Contribuições | 2.600 | 2.730 | Juros e encargos da dívida | 480 | 480 | 480 |
| Patrimonial | 40 | 370 | Outras Despesas Corr. | 3.000 | 2.760 | 2.580 |
| Serviços | 470 | 470 | Despesas de Capital | 1.460 | 1.230 | 1.180 |
| Transferências | 3.350 | 3.380 | | | | |
| Outras Receitas Corr. | 560 | 1.610 | | | | |
| Receitas de Capital | 1.470 | 280 | | | | |
| TOTAL | 13.650 | 14.060 | TOTAL | 14.560 | 13.880 | 13.440 |

Obs.: valores em milhões de reais.

52. Com base neste quadro, o valor do resultado corrente realizado no ano é de
- (A) *deficit* de 500 milhões de reais.
 - (B) *deficit* de 1,18 bilhões de reais.
 - (C) *superavit* de 680 milhões de reais.
 - (D) *deficit* de 920 milhões de reais.
 - (E) *superavit* de 620 milhões de reais.



53. Considerando que para este ano a Receita Corrente Líquida é equivalente à Receita Corrente Realizada no ano, a situação deste ente público, em relação aos gastos com pessoal, excedeu ao limite total definido na Lei de Responsabilidade Fiscal em, aproximadamente,
- (A) 5,4%.
 - (B) 6,8%.
 - (C) 8,4%.
 - (D) 9,8%.
 - (E) 17,3%.

54. Se o Estado brasileiro referido ainda realizar, no mesmo exercício fiscal, em complemento à posição demonstrada no Quadro de Contas e Valores do Balanço Orçamentário, as seguintes operações:
- 1. Arrecadar 700 milhões de reais relativos a tributos;
 - 2. Emitir empenhos no valor de 500 milhões de reais relativos a outras despesas correntes;
 - 3. Liquidar empenhos no valor de 300 milhões de reais relativos a outras despesas correntes;
 - 4. Pagar empenhos no valor de 200 milhões de reais relativos a outras despesas correntes.

A consequência será que o

- (A) resultado corrente será melhor, ou seja, diminuirá o *deficit* ou aumentará o *superavit*, em 500 milhões de reais.
- (B) Passivo Financeiro será aumentado em 200 milhões de reais.
- (C) resultado do *superavit* ou do *deficit* financeiro ficará melhor em 200 milhões de reais.
- (D) Ativo Financeiro será aumentado em 400 milhões de reais.
- (E) resultado orçamentário será melhor, ou seja, diminuirá o *deficit* ou aumentará o *superavit*, em 500 milhões de reais.

Noções de Auditoria Governamental

55. Considere:

- I. A maior parte do trabalho do auditor na formação de sua opinião consiste na obtenção e avaliação das evidências de auditoria.
- II. As evidências de auditoria abrangem informações que sustentam e corroboram as afirmações da administração e informações que contradizem tais afirmações.
- III. Em alguns casos, a ausência de informações, por exemplo, a recusa da administração de fornecer uma representação solicitada, é usada pelo auditor e, portanto, também constitui evidência de auditoria.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade do Trabalho de Auditoria 200 (NBC TA 200) (R1), caracteriza evidência de auditoria o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e II, apenas.

56. Os riscos de distorção relevante no nível de afirmação foram classificados pela Norma Brasileira de Contabilidade do Trabalho de Auditoria 200 (NBC TA 200) (R1) em dois componentes: riscos inerentes e riscos de controle. NÃO representa risco inerente:
- (A) cálculos complexos ou contas compostas de valores derivados de estimativas contábeis sujeitas à incerteza significativa de estimativa.
 - (B) circunstâncias externas que dão origem a riscos de negócios.
 - (C) desenvolvimentos tecnológicos que tornam obsoleto um produto específico e alteram o valor do estoque.
 - (D) erros ou equívocos humanos, intencionais ou não.
 - (E) informação específica como a falta de capital de giro suficiente para a continuidade das operações.



57. Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade do Trabalho de Auditoria 230 (NBC TA 230) (R1) não representa documentação adequada para o trabalho executado pelo auditor ou para as conclusões obtidas, mas, pode ser usada para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria:
- (A) programas de auditoria.
 - (B) análises.
 - (C) memorandos de assuntos do trabalho.
 - (D) listas de verificação.
 - (E) explicações verbais do auditor.
-
58. De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade do Trabalho de Auditoria (NBC TA 701), os principais assuntos de auditoria são aqueles que
- (A) foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, ao formar sua opinião sobre elas, o auditor não fornece uma opinião separada sobre os referidos assuntos.
 - (B) devem ser destacados no relatório final de seu trabalho, indicando aos acionistas da empresa auditada se devem ou não continuar investindo em seu capital, segundo a formação profissional do auditor.
 - (C) devem ser tratados de forma extraordinária nos relatórios da empresa de auditoria, impondo os riscos ao Estado em permitir que as empresas continuem operando, em conformidade com a Legislação Societária em vigor.
 - (D) devem ser considerados no relatório do auditor por terem tomado mais o seu tempo de trabalho ou aqueles que lhes exigiram maior grau de conhecimento técnico na identificação e elaboração das provas de auditoria.
 - (E) permitem aos gestores da companhia avaliar os riscos econômicos do negócio que gerenciam e permitem fazer a melhor escolha quanto aos caminhos estratégicos que devem empreender.
-
59. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, NÃO são instrumentos de transparência da gestão fiscal que devem ter ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público,
- (A) os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias.
 - (B) as prestações de contas e o respectivo parecer prévio.
 - (C) o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (D) o Relatório de Gestão Fiscal.
 - (E) a Demonstração do Valor Adicionado.
-
60. Tem a prerrogativa de exercer o controle externo da execução orçamentária com o objetivo de verificar a probidade da Administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da Lei de Orçamento, conforme a Lei Federal nº 4.320/1964
- (A) Poder Legislativo.
 - (B) Tribunal de Contas.
 - (C) Ministério Público de Contas.
 - (D) Controladoria Geral ou órgão equivalente.
 - (E) Poder Judiciário.

Matemática Financeira

61. Carlos tinha um capital C disponível por um período de um ano e resolveu aplicá-lo, durante todo esse período, da seguinte forma:
- 1/3 de C a juro simples, à taxa de 3% ao mês, e
 - o restante de C a juros compostos, à taxa de 18% ao semestre.
- No final do prazo, a diferença entre os juros recebidos nas duas aplicações foi de R\$ 1.274,40. O montante recebido na
- (A) primeira aplicação foi de R\$ 4.080,00.
 - (B) primeira aplicação foi de R\$ 4.172,20.
 - (C) primeira aplicação foi de R\$ 4.274,40.
 - (D) segunda aplicação foi de R\$ 7.080,00.
 - (E) segunda aplicação foi de R\$ 7.274,40.



62. Marcos tem em mãos dois títulos: um, de valor nominal R\$ 3.024,00, vencível daqui a 4 meses, e outro, de valor nominal R\$ 5.040,00, vencível daqui a 6 meses. Necessitando de dinheiro, resolveu descontá-los hoje e tem duas propostas, ambas com juros de 24% ao ano:
- Banco A, que utiliza o desconto racional simples, e
 - Banco B, que utiliza o desconto comercial simples.
- Se optar por descontá-los no Banco A, receberá, em relação ao que receberia se optasse pelo Banco B,
- (A) R\$ 54,25 a mais.
 - (B) R\$ 63,94 a mais.
 - (C) R\$ 22,30 a menos.
 - (D) R\$ 82,72 a mais.
 - (E) R\$ 31,40 a menos.
-
63. Fábio contraiu hoje um empréstimo. Vai devolvê-lo em duas parcelas, uma no valor de R\$ 2.142,40, vencível daqui a um mês, e outra, no valor de R\$ 2.970,52, vencível daqui a 2 meses. Nesse empréstimo foram utilizados juros compostos, à taxa de 3% ao mês. Nessas condições, o valor do empréstimo foi de
- (A) R\$ 4.320,00.
 - (B) R\$ 4.930,92.
 - (C) R\$ 4.880,00.
 - (D) R\$ 5.004,00.
 - (E) R\$ 5.112,92.
-
64. Uma dívida no valor de R\$ 12.000,00 vai ser paga pelo Sistema de Amortização Francês, em 5 parcelas mensais iguais e consecutivas, no valor de R\$ 2.620,25 cada, a primeira delas vencendo ao completar um mês da data do empréstimo. Se a taxa de juros é de 3% ao mês, a cota de amortização da segunda prestação, utilizando duas casas decimais nos cálculos, será de
- (A) R\$ 1.260,25.
 - (B) R\$ 1.647,75.
 - (C) R\$ 2.028,50.
 - (D) R\$ 2.328,06.
 - (E) R\$ 2.180,94.
-

Noções de Direito Administrativo

65. Agente público produziu ato administrativo com vício de legalidade. O ato deve ser
- (A) revogado pela Administração pública, produzindo a revogação efeitos para o futuro, isto é, a partir da data em que publicado o ato de revogação.
 - (B) convalidado pela Administração pública, se o vício em questão for sanável, produzindo a convalidação efeitos apenas para o futuro, a partir da data de publicação do ato de convalidação.
 - (C) revogado pela Administração pública, produzindo a revogação efeitos retroativos à data na qual foi publicado.
 - (D) anulado pela Administração pública, produzindo a anulação efeitos retroativos à data na qual foi publicado.
 - (E) anulado pela Administração pública, produzindo a anulação efeitos apenas para o futuro, a partir da data de publicação do ato de anulação.
-



66. Incumbe ao Poder Público a prestação de serviços públicos
- (A) cuja prestação seja indelegável à iniciativa privada, com exclusão de quaisquer outros.
 - (B) que sejam como tais reconhecidos pelo ordenamento jurídico, podendo ser prestados direta ou indiretamente pelo Estado, nesse último caso mediante instrumentos de delegação à iniciativa privada.
 - (C) de saúde, educação e assistência social, fundamentais e exclusivos de Estado, apenas.
 - (D) de importância maior para a coletividade, desde que notoriamente reconhecida, independentemente de reconhecimento pelo ordenamento jurídico.
 - (E) cuja prestação seja delegável à iniciativa privada, o que deve ser feito preferencialmente em caráter de exclusividade, para facilitar a amortização de investimentos e a lucratividade.
-
67. Concorrência, tomada de preços e convite são modalidades de licitação pública cuja aplicabilidade é determinada em função
- (A) da complexidade do objeto da contratação.
 - (B) da relevância, para a Administração pública, do objeto da contratação.
 - (C) da natureza do objeto e do valor estimado da contratação.
 - (D) da relevância e urgência da contratação.
 - (E) do valor de referência da contratação, assim considerado o praticado em situações pretéritas.
-

Noções de Direito Constitucional

68. No que concerne aos direitos e deveres individuais e coletivos estendidos aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, a Constituição Federal estabelece que
- (A) em nenhuma hipótese alguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.
 - (B) é permitida a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, sujeita à licença nos casos especificados em lei.
 - (C) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
 - (D) é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
 - (E) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.
-
69. Considere os seguintes itens:
- I. alimentação.
 - II. transporte.
 - III. lazer.
 - IV. proteção à infância.
 - V. meio ambiente.
- No termos da Constituição Federal, são direitos sociais o constante APENAS em
- (A) I, II e V.
 - (B) II e III.
 - (C) III, IV e V.
 - (D) I, II, IV e V.
 - (E) I, III e IV.
-

70. Um dos servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Mato Grosso é brasileiro naturalizado. Conforme previsto na Constituição Federal, a esse servidor também é permitido ocupar cargo
- (A) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) da carreira diplomática.
 - (C) de Prefeito.
 - (D) de Ministro de Estado da Defesa.
 - (E) de oficial das Forças Armadas.
-